www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3

## GT 58. Migrações, Mobilidades e Deslocamentos. As movimentações populacionais na contemporaneidade.

## Coordenador(es):

Miriam de Oliveira Santos (UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
Gláucia de Oliveira Assis (UDESC - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina)

Sessão 1

Debatedor/a: Daniel Granada da Silva Ferreira (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Sessão 2

Debatedor/a: Maria Catarina Chitolina Zanini (ufsm)

Sessão 3

**Debatedor/a:** Sidney Antonio da Silva (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Desde 2006, esse GT tem buscado refletir sobre as diferentes dimensões e contextos das mobilidades. No século XXI a chamada "crise migratória", o processo de securitização nas fronteiras, a intensificação dos deslocamentos, ganharam uma relevância e urgência significativas que refletem a complexidade dos conflitos de várias naturezas presentes na mobilidade humana. Nesse contexto, homens, mulheres e crianças em movimento categorizados como migrantes, refugiados, deslocados ou pessoas em mobilidade, buscam na migração (com maior ou menor grau de escolha e/ou de protagonismo) um caminho para seus projetos em busca de melhores condições de vida do que têm na sua região ou país de origem. A proposta deste GT é acolher trabalhos que busquem analisar os processos e políticas migratórias considerando que raça, gênero, classe e outros marcadores impactam na compreensão dos processos, no diálogo intercultural e nas interações com a sociedade de acolhimento. Compreender as interações cotidianas e as lógicas classificatórias que são acionadas em função dos processos migratórios, de como os migrantes são categorizados e das novas configurações societárias contemporâneas. O GT propõe a partir de um diálogo interdisciplinar da Antropologia com outros campos, acentuar as trocas de metodologias e experiências de pesquisa nos estudos migratórios, promovendo um aprofundamento em relação às abordagens habituais e acrescentando novas possibilidades para o enfoque antropológico da questão.

## FRONTEIRA SUL E OPORTUNIDADES: mobilidade humana venezuelana para o Brasil e os atores envolvidos nas redes de acolhimento

**Autoria:** Simone Tavares da Silva (IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas), Prof. Dr. José Exequiel Basini Rodriguez Cel André Vicente Scafutto de Menezes

Este estudo tem como objetivo compreender a mobilidade humana na contemporaneidade na modalidade de refúgio e imigração internacional realizando uma discussão sobre o deslocamento fronteiriço de venezuelanos para o Brasil e os atores envolvidos no processo de acolhida. Trata-se de um fenômeno social recente, visto que a Venezuela foi um país que historicamente recebeu muitos imigrantes e que não tinha muita tradição de emigração. No entanto, a crise econômica, política, social e humanitária implicou na saída de milhares de venezuelanos em busca do mínimo social para a sua sobrevivência. Os países limítrofes se tornaram rotas de fugas, porém diante do aumento da tensão entre os governos de Colômbia e Venezuela foi gerado um conflito diplomático que acarretou no fechamento da fronteira no ano de 2015. Essa medida resultou em um cenário, no qual a fronteira brasileira passasse a receber um número de imigrantes

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3

venezuelanos inédito, tendo como porta de entrada as cidades de Pacaraima e Boa Vista em Roraima seguindo posteriormente para Manaus, capital do Amazonas. Diante do considerável número de imigrantes desde o inicio da crise, o governo de Roraima solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o fechamento da fronteira brasileira, argumentando que os servicos de saúde e segurança estavam em colapso devido a grande demanda. Em resposta ao pleito o STF decidiu pelo indeferimento, evidenciando as obrigações decorrentes de tratado internacional do qual o Brasil é signatário como a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, apontando também para o próprio ordenamento jurídico brasileiro como a Lei 9474/97 que normatiza as condições de refugiados. Vale ressaltar que o conceito de fronteira extrapola o sentido geográfico, apesar de ser relevante, devemos pensá-la como um conceito polissêmico, pois essa categoria apresenta vários aspectos como social, político, cultural dentre outros. A imigração coloca desafios aos países receptores no que tange ao acolhimento e a garantia de direitos e a inserção sociocultural. A resposta humanitária organizada pelo governo brasileiro foi denominada ?Operação Acolhida? tendo como missão cooperar com as agências governamentais das diferentes esferas (união, estado e município), agências das nações unidas, instituições religiosas, Organizações não Governamentais e sociedade civil organizada, no que se refere às medidas de assistência emergencial aos imigrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e muitas vezes em risco social. Assim, em março de 2018 foi determinado ao Exército Brasileiro o estabelecimento da força-tarefa logística humanitária para o estado de Roraima, tendo sua atuação pautada por um tripé de ações: ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização dos imigrantes.



## Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.





